

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 111.813 - PR (2019/0115660-0)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : CAIO GABRIEL DE SOUZA (PRESO)  
**ADVOGADO** : RENATO GOES DE MACEDO - PR055982  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por CAIO GABRIEL DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante, custódia essa posteriormente convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes de roubo circunstanciado e de desacato.

Impetrado *habeas corpus* na Corte de origem, a ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 89):

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO E DESACATO (ART. 157, § 2º, I E II; ART. 331, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. A MODUS OPERANDI DEMONSTRAR A GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME.

INVIABILIDADE DE FIXAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS QUE NÃO AFASTAM A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. DECISÃO MANTIDA. ORDEM DENEGADA.

No presente reclamo, alega a defesa que não há motivação idônea para a manutenção da prisão do recorrente, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, uma vez que a segregação cautelar foi baseada na gravidade abstrata dos delitos.

Sustenta que o acusado é primário e possui bons antecedentes, bem como residência e emprego fixos.

Aponta a suficiência da imposição das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Diante dessas considerações, requer, inclusive liminarmente, a

# *Superior Tribunal de Justiça*

revogação da custódia preventiva, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, opinou o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 228/230).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal de origem, o ora recorrente foi condenado, em 4/6/2019, como incurso no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, e no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal, à pena de 9 anos e 4 meses de reclusão, em regime fechado, negado o direito de recorrer em liberdade.

Diante disso, nada mais há a ser apreciado nesta oportunidade, tendo em vista que fica sem objeto o pedido contido no recurso, cujos fundamentos foram superados.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator